

O PAPEL SOCIAL DO JORNALISMO DIGITAL INDEPENDENTE NA PAUTA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

THE SOCIAL ROLE OF INDEPENDENT DIGITAL JOURNALISM IN THE COVERAGE OF PEOPLE WITH DISABILITIES

Amanda Ganzarolli

Universidade Metodista de São Paulo

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-5874-5507>

Cilene Victor

Universidade Metodista de São Paulo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4899-6287>

DOI: 10.9771/contemporanea.v23i1.68970

RESUMO:

Este artigo tem como objetivo analisar como o portal *Jornalista Inclusivo*, criado por Rafael Ferraz, contribui para o cumprimento do papel social do jornalismo ao pautar a temática da pessoa com deficiência. A pesquisa consiste em um estudo de caso do portal, que se dedica ao protagonismo e à representatividade das pessoas com deficiência. A fundamentação teórica apoia-se em Axel Honneth, Martin Scott, Maurício Liesen, Cilene Victor, e Carolina Ignarra e Billy Saga. A metodologia de análise de conteúdo segue os parâmetros de Sampaio e Lycarião. Os resultados indicam que o *Jornalista Inclusivo* aplica princípios do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, contribuindo para práticas jornalísticas comprometidas com a inclusão e o reconhecimento social.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo independente, pessoa com deficiência, acessibilidade, inclusão.

ABSTRACT:

This article aims to analyze how the news portal *Jornalista Inclusivo*, established by Rafael Ferraz, contributes to fulfilling the social role of journalism by addressing disability-related

issues. The study consists of a case study of the portal, dedicated to promoting the protagonism and representation of people with disabilities. The theoretical framework is based on Axel Honneth, Martin Scott, Maurício Liesen, Cilene Victor, Carolina Ignarra, and Billy Saga. The content analysis methodology follows the parameters established by Sampaio and Lycarião. The results indicate that *Jornalista Inclusivo* applies the principles of the Code of Ethics of Brazilian Journalists, contributing to journalistic practices committed to inclusion and social recognition.

KEYWORDS: Independent journalism, people with disabilities, accessibility, inclusion.

INTRODUÇÃO

Para abordar o tema deste artigo, é necessário inicialmente recorrer às definições e aos conceitos estabelecidos pelo jornalismo brasileiro, conforme delineados em seu código de ética. Essa reflexão é fundamental para compreender a prática jornalística e o papel social do jornalismo globalmente, com ênfase no contexto brasileiro. Nesse sentido, é importante revisitar os compromissos estabelecidos em 2007 pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) no art. 6º de seu código de ética, referente ao papel do jornalista, que deve “Combater a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de gênero, raciais, de orientação sexual, condição física ou mental, ou de qualquer outra natureza” (Fenaj, 2007, p. 1).

Esse compromisso reforça a ideia de que o jornalismo vai além de simplesmente compartilhar informações: ele deve promover a proteção e a garantia dos direitos das pessoas, com destaque para as minorias, como as pessoas com deficiência. Contudo, a abordagem da temática da deficiência nos meios de comunicação tem sido predominantemente voltada para questões relacionadas à violência e à violação de direitos no acesso à saúde e à educação quando o assunto é a pessoa com deficiência (PcD).

Embora esse enfoque seja necessário, é relevante reconhecer o crescimento, ainda que gradual, de colunas e editorias dedicadas à temática da deficiência. Exemplos disso são a coluna Vencer Limites, do jornal *O Estado de S. Paulo*, que aborda diversidade e inclusão e completou 12 anos de existência em 2024 (Ventura, 2024), e a seção tudo sobre PCD (Pessoas com deficiência) (2024), da *CNN*, um espaço específico para discutir questões relacionadas às pessoas com deficiência, incluindo o podcast *CNN Plural*¹. Somado a isso, o cenário também tem sido enriquecido por podcasts independentes que, além de tratarem das pautas relacionadas à deficiência, têm proporcionado maior protagonismo

aos profissionais com deficiência, promovendo um destaque mais efetivo no debate. No entanto, é importante ressaltar que o capacitismo ainda impera no jornalismo brasileiro, não apenas pela falta de representatividade de pessoas com deficiência nos jornais, principalmente os televisivos, mas também pela imensa produção de pautas capacitistas. Essa constatação está em uma pesquisa produzida por Ganzarolli e Victor (2022), que contempla um estudo de 28 anos do jornal *Folha de S. Paulo* sobre matérias que usaram os termos “autismo” ou “autista” no texto². Isso impacta empiricamente a vida de milhões de pessoas, cujas vidas podem ser prejudicadas no que se refere aos direitos humanos e civis e à dignidade da pessoa humana, o que, na perspectiva da jornalista e pesquisadora Cilene Victor, significa dizer que “a comunicação é uma estratégia de inclusão, mas também de exclusão”³.

Assim, este artigo tem como objetivo analisar o veículo de comunicação *Jornalista Inclusivo*⁴, criado por Rafael Ferraz, que se dedica a promover o protagonismo e a visibilidade das pessoas com deficiência. A pesquisa fundamenta-se no referencial teórico de Axel Honneth (2003), Martin Scott (2018), Maurício Liesen (2020), Cilene Victor (2021) e Billy Saga e Carolina Ignarra (2023). A metodologia adotada é a da análise de conteúdo, que segue os procedimentos estabelecidos por Sampaio e Lycarião (2021), e o estudo se organiza em três partes. A primeira aborda as estatísticas mais recentes sobre a deficiência no Brasil e no mundo. A segunda parte apresenta o site *Jornalista Inclusivo* e seu criador, o jornalista Rafael Ferraz. A terceira, por sua vez, explora os conceitos de luta por reconhecimento, a participação social da pessoa com deficiência e a prática do jornalismo humanitário. O objetivo é investigar de que maneira o site *Jornalista Inclusivo* contribui para o cumprimento do papel social do jornalismo em veículos independentes.

A PERSPECTIVA GLOBAL DA DEFICIÊNCIA: POLÍTICAS E AÇÕES REGIONAIS

De acordo com os dados do último Censo, existem 14,4 milhões de pessoas com deficiência no Brasil (Bello, 2025). Esses resultados apresentam mais do que apenas números, pois a própria aplicação do censo se modificou à medida que o entendimento da deficiência se ampliou. Isso revela a real necessidade da compreensão do tema para a aplicação de políticas públicas. Um exemplo são as estatísticas de 2010, cujos dados foram revisados para proporcionar maior exatidão e resultaram em “6,7% da população recenseada, ou

seja, aproximadamente 12,7 milhões de pessoas com algum tipo ou nível de deficiência” (Gomes, 2022, p. 34).

O IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística], todavia, através da Nota Técnica n. 1, de 31 de julho de 2018, promoveu uma releitura do Censo Demográfico de 2010, e requalificou os dados visando adaptá-lo à Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), divulgado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e, por isso, passou a compreender “deficiência como produto da interação entre funções e estruturas corporais com limitações e barreira sociais e ambientais”, e por isso coordenou uma série de estudos com outros países do Mercosul [Mercado Comum do Sul] para adaptar seus dados ao Grupo de Washington para Estatísticas sobre Pessoas Com Deficiência (Washington Group on Disability Statistics - WG), criado com o intuito de fomentar a cooperação internacional no âmbito das estatísticas de pessoas com deficiência (Gomes, 2022, p. 49).

Outra atualização recente, realizada durante a produção deste estudo, refere-se ao projeto Novo Viver sem Limite, de 2024, do governo federal, cujo objetivo é mobilizar 27 ministérios para aplicação de ações que garantam a dignidade da pessoa com deficiência. A iniciativa, lançada pela primeira vez em 2011 tinha como foco fornecer acessibilidade nas áreas da educação, saúde e inclusão social. No novo plano, as ações são direcionadas a quatro áreas: (1) Gestão e Participação Social; (2) Enfrentamento ao capacitismo e à violência; (3) Acessibilidade e Tecnologia Assistiva; e (4) Promoção do direito à educação, à assistência social e à saúde, e de outros direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais (Brasil, [202-]).

Em relação à América Latina e ao Caribe, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) estima que existam aproximadamente 66 milhões de pessoas com deficiência, o equivalente a 12% da população. Porém, esses dados são referentes ao relatório final do Plano de Ação sobre Deficiência e Reabilitação de 2020, o que indica um aumento expansivo das estatísticas devido à pandemia de covid-19 (Deficiência, [202-]).

De acordo com os dados de 2022, na União Europeia (UE) e seus Estados-Membros 27% da população com 16 anos ou mais tem alguma deficiência, o que representa aproximadamente 101 milhões de pessoas, um em cada quatro indivíduos. A análise detalhada das informações por país revela que a Letônia apresenta a maior porcentagem de pessoas com deficiência, alcançando 38,5%. No que diz respeito à faixa etária, a probabilidade de uma pessoa desenvolver uma deficiência aumenta a partir dos 65 anos.

Além disso, no que se refere ao gênero, 29% das mulheres têm uma deficiência (Eurostat, 2022). Entre muitas iniciativas, a Europa criou o Cartão Europeu de Deficiência,

reconhecido em todos os países da União Europeia como medida para proporcionar maior acessibilidade.

Em setembro de 2023, a Comissão Europeia apresentou a sua proposta de criação de um novo cartão europeu de deficiência e de um cartão europeu de estacionamento melhorado. A iniciativa assenta na experiência adquirida com o projeto-piloto relativo ao cartão europeu de deficiência, que envolve oito países da UE, e no cartão europeu de estacionamento para pessoas com deficiência já existente, que teve como base a recomendação do Conselho relativa a um cartão de estacionamento para pessoas com deficiência, de 1998. Em fevereiro de 2024, o Conselho e o Parlamento Europeu chegaram a um acordo provisório sobre a proposta. Assim que a proposta for confirmada e formalmente adotada pelas duas instituições, os Estados-Membros terão dois anos e meio para adaptar a sua legislação nacional e três anos e meio para aplicar a diretiva (Conselho da União Europeia, s.d.).

De acordo com o “World Population Prospects 2024: Summary of Results”, a China, o segundo país mais populoso do mundo, com 1,4 bilhão de habitantes, usa o portal China Disabled Person’s Federation para prestar um serviço específico para pessoas com deficiência. São notícias, divulgação de trabalhos, implementação de ações, construção de hospitais e centros de reabilitação, solicitação de certificado de deficiência entre outros (World Population Prospects, 2024). A Federação de Pessoas com Deficiência da China apresenta cerca de 85 milhões de pessoas com deficiência, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Pessoas com Deficiência realizada em 2010, último censo disponível em seu site.

O número de pessoas com vários tipos de deficiência é: 12,63 milhões de pessoas com deficiência visual; 20,54 milhões de pessoas com deficiência auditiva; 6,29 milhões de pessoas com deficiência intelectual; deficiências mentais; e 13,86 milhões de pessoas com deficiências múltiplas (Federação de Pessoas com Deficiência da China, 2010).

Na região Ásia-Pacífico, de acordo com as estatísticas de 2020 do Departamento do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ONU), estima-se a existência de 690 milhões de pessoas com deficiência. No entanto, o relatório ressalta que esses dados são incertos devido às diferenças nas definições de deficiência adotadas por diferentes nações. Somado a isso, o documento aponta a alta prevalência de desastres naturais na região como um fator que contribui para o aumento do número de pessoas com deficiência (Fundo das Nações Unidas para a Infância [Unicef], 2006). Decorrente de desastres e conflitos, a deficiência também é mencionada no continente africano, que, juntamente com o Afeganistão, no Oriente Médio, é identificado como uma das áreas de maior vulnerabilidade, de acordo com o “World Risk Report 2024” (Relatório de Risco Mundial, 2024).

O país com maior vulnerabilidade é a República Centro-Africana, substituindo a Somália. Neste ano, o Afeganistão voltou a integrar o grupo dos dez países mais vulneráveis, o que significa que esse grupo não é mais composto exclusivamente por países africanos (Relatório de Risco Mundial, 2024, p. 6, tradução nossa)⁵.

Diante dos números apresentados, entende-se que os estudos sobre a deficiência em uma sociedade hiperconectada são urgentes e necessários para a compreensão da comunicação social como recurso para contribuir com a luta contra o capacitismo e a falta de acessibilidade para as PcD⁶. Neste estudo, adota-se a definição de deficiência da OPAS, que argumenta que são as estruturas existentes na sociedade que amplificam os desafios enfrentados por pessoas com limitações mentais, físicas ou intelectuais.

Pessoas com deficiência são aquelas que apresentam impedimentos físicos, mentais, intelectuais ou sensoriais de longo prazo que, em interação com diversas barreiras, podem dificultar sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais (Deficiência, [202-]).

Nesse contexto, ressalta-se também a necessidade de refletir sobre a importância da comunicação social nos estudos da deficiência e seu impacto na vida das pessoas, partindo do pressuposto de que esse tema é, até o momento, pouco discutido na área da comunicação.

Para reforçar essa afirmação, este estudo observou que, em relação às pesquisas acadêmicas que abordam a temática da deficiência, a maioria delas se concentra nas áreas da educação e da saúde. De acordo com dados disponíveis no portal do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 126.580 indivíduos se formaram na área de Ciências Sociais Aplicadas entre 1948 e 2023⁷. No entanto, segundo a plataforma Sucupira, que reúne informações sobre a produção dos programas de pós-graduação do país⁸, apenas 45 pesquisas estão relacionadas à temática das pessoas com deficiência no campo da comunicação e informação. Esses dados ressaltam a necessidade urgente de expandir a discussão sobre as pessoas com deficiência na área da comunicação, especialmente à medida que a compreensão do conceito social da deficiência tem se ampliado nos dias atuais.

JORNALISTA INCLUSIVO: EMPODERANDO VOZES, PROMOVENDO INCLUSÃO

O subtítulo desta seção pertence à página inicial do site *Jornalista Inclusivo*, e aparece junto aos dizeres “jornalismo diverso, jornalismo inclusivo, jornalismo acessível”.

A topologia da página é dividida em notícias, direitos, editoriais, canais, “Sobre nós”, “Acessibilidade” e “Siga nossas redes”. Além de contar com conteúdo exclusivo de pautas sobre as pessoas com deficiência, o site dispõe de ferramentas de navegação específicas para acessibilidade. *Jornalista Inclusivo* oferece uma barra de acessibilidade que facilita a navegação por pessoas com diferentes tipos de deficiência. Entre os recursos disponíveis estão o ajuste de tamanho de texto, modo alto contraste, ativação de escala de cinza, sublinhado de links e fonte legível. Há também navegação direta para o conteúdo principal e aprimoramento na identificação de elementos focáveis e funções ARIA⁹, que garantem maior compatibilidade com tecnologias assistivas.

Dessa maneira, o site *Jornalista Inclusivo* posiciona-se como um importante articulador e uma ponte entre pessoas com deficiência e o jornalismo. Fundado por Rafael Ferraz em 2017, o veículo promove um jornalismo independente que valoriza o protagonismo das pessoas com deficiência, incluindo os profissionais que atuam na plataforma. Ferraz, que se tornou tetraplégico em decorrência de um acidente em 2011, já teve em sua equipe colunistas com deficiência, reforçando o compromisso do portal com a diversidade e a inclusão conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1: Colunistas com deficiência do *Jornalista Inclusivo*

Nome	Atuação
Gabriel Henrique	Advogado atuante no direito da PcD, palestrante, professor e pós-graduando em inclusão e direitos das PcD pelo CBI of Miami.
Dôdi	Formado em Processamento de Dados, bacharel em Sistemas de Informações e técnico em Análise e Desenvolvimento de Softwares. Tetraplégico desde 2009, é palestrante e responsável pelos podcasts do canal Roda Cast.
Murilo Pereira	Formado em jornalismo, é ex-paratleta pela categoria BC1 de Bocha Paralímpica Ituana. Atuou como editor no canal <i>Prosa de Gol</i> e na página <i>Sem Barreiras</i> .
Paulo Fabião	Jornalista, compositor, escritor e humorista de Stand-Up Comedy, cadeirante com paralisia cerebral. Sambista, autor de sambas-enredos e letrista, e escritor de dois livros: <i>O último samba-enredo</i> (2013) e <i>A última rWoda de samba</i> (2019).

Fonte: Elaboração própria com base em *Jornalista Inclusivo* (2025).

Logo, o conteúdo do portal, assim como as publicações nas redes sociais digitais, diverge da maioria encontrada em veículos de imprensa, cuja grade de funcionários é formada por uma quantidade geralmente mínima de pessoas com deficiência, provavelmente para cumprimento da lei de cotas¹⁰. Assim, o capacitismo estrutural é reconhecido e mantido por milhares de setores da sociedade, sobretudo das empresas de comunicação, amplificando a inviabilização da pessoa com deficiência.

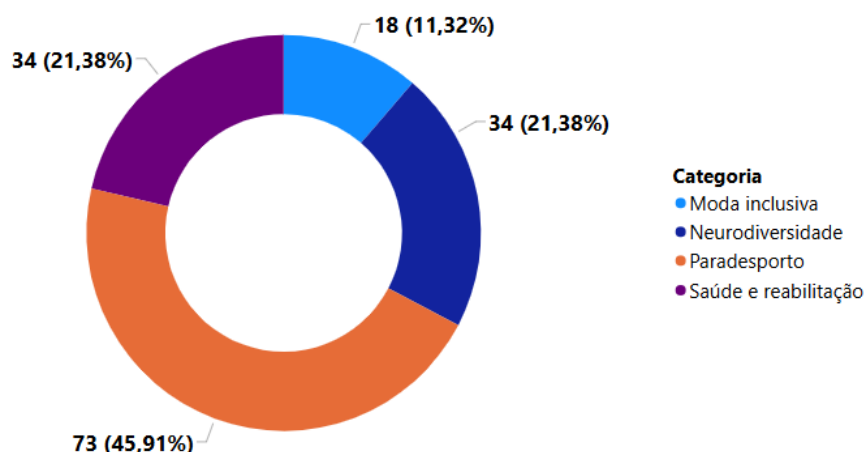
O capacitismo é responsável pela ausência de pessoas com deficiência nas escolas, no trabalho, nas ruas, nos centros de lazer e cultura, nos esportes, nos comerciais, nas novelas. Ele começa em casa, quando as famílias isolam a pessoa com deficiência com a “boa” intenção de mantê-la em segurança e “protegida”. Entretanto, não deixar alguém ter experiências na vida não pode ser sinônimo de proteção (Saga; Ignarra, 2023, p. 62).

Outro diferencial do *Jornalista Inclusivo* refere-se à criação de um banco de dados com informações sobre a temática da pessoa com deficiência. Na aba “Canais”, o site apresenta a sub-aba “DataVerso PCD”¹¹, cujo propósito é reunir dados sobre pessoas com deficiências por meio de uma plataforma e disponibilizá-los de forma acessível para as diversas áreas, como educação, saúde e transporte, contribuindo para a formulação de políticas inclusivas e ações afirmativas.

Acredito que dados são fundamentais para enxergar e moldar a nossa realidade. Por isso, nossa ideia é fornecer uma ampla visão sobre a população com deficiência, através de estatísticas e insights em diversas áreas. Indico a Dataverso Pcd a qualquer pessoa que busca aprimorar sua compreensão a respeito desse tema e promover a inclusão de forma significativa (Ferraz, 2025).

Em relação à produção jornalística, o site contava, ao todo, com 961 artigos até a finalização desta análise. A seção de editorias apresenta quatro categorias principais: paradesporto, neurodiversidade, saúde e reabilitação e moda inclusiva. Dessa forma, dentro dessas quatro editorias, foram estabelecidos como códigos a data de publicação da matéria, a editoria e o título (Sampaio; Lycarião, 2021, p. 45). O conteúdo apresentado nessas editorias abrange o período de junho de 2020 a fevereiro de 2025 como demonstrado no Gráfico 1.

Na editoria de paradesporto, foram encontradas 73 matérias. Os títulos destacam eventos, conquistas de atletas e iniciativas inclusivas no esporte. Essa categoria prioriza a visibilidade de atletas com deficiência e competições adaptadas. A concentração de matérias nessa editoria reflete a relevância crescente do esporte como ferramenta de inclusão.

Gráfico 1: Quantidade de matérias por editoria

Fonte: Elaboração própria (2025).

A editoria de neurodiversidade apresenta 34 matérias, cujos títulos abordam questões sobre a inclusão de pessoas neurodivergentes, como autistas, no ambiente escolar e profissional, além de boas práticas para o convívio social. A presença dessa editoria sugere uma tendência de valorização das diversidades cognitivas.

Em saúde e reabilitação, são 34 matérias publicadas. Os títulos dessa editoria exploram tratamentos, avanços em tecnologia assistiva e estratégias de reabilitação. Essa abordagem evidencia uma preocupação com a qualidade de vida e a autonomia das pessoas com deficiência.

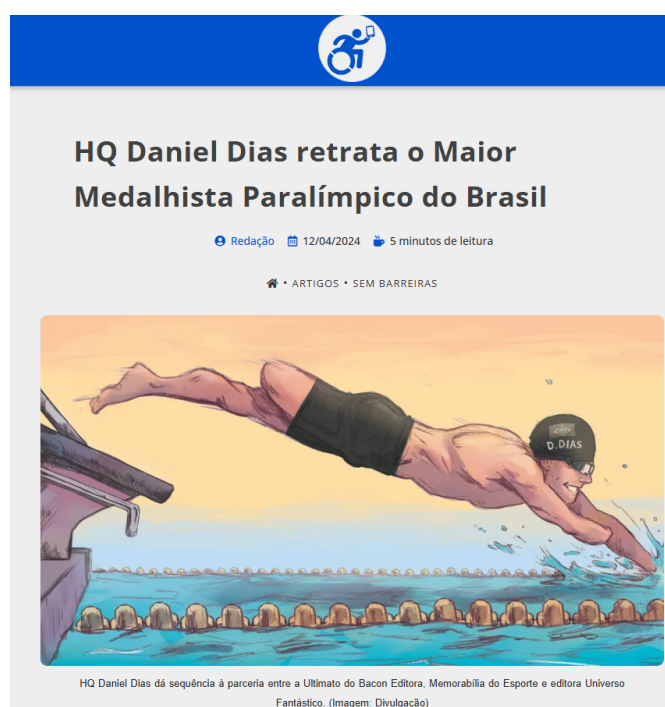
Por fim, a editoria de moda inclusiva conta com 18 matérias. Seus títulos indicam lançamentos de coleções adaptáveis, iniciativas de moda acessível e concursos que incentivam o design inclusivo. Embora com menor número de matérias, a presença dessa editoria aponta a importância crescente da moda como símbolo de autonomia e autoestima.

ANÁLISE: LUTA POR RECONHECIMENTO, PARTICIPAÇÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E A PRÁTICA DO JORNALISMO HUMANITÁRIO

A análise de conteúdo das editorias do site *Jornalista Inclusivo* revela um compromisso significativo com a diversidade da temática voltada à inclusão de pessoas com deficiência. As categorias paradesporto, neurodiversidade, saúde e reabilitação e moda inclusiva demonstram a abrangência das pautas abordadas, refletindo as múltiplas dimensões da

vida dessas pessoas. O destaque para o paradesporto, com o maior número de matérias, evidencia a relevância crescente do esporte como ferramenta de inclusão e visibilidade social, como ilustrado na Figura 1, que apresenta a página da matéria sobre o atleta paralímpico Daniel Dias.

Figura 1: Captura de tela da matéria “HQ Daniel Dias retrata o Maior Medalhista Paralímpico do Brasil”, publicada no site *Jornalista Inclusivo* em 12 de abril de 2024



Fonte: Matéria retirada de *Jornalista Inclusivo* (HQ Daniel Dias..., 2024).

Por outro lado, editorias como neurodiversidade e saúde e reabilitação equilibram a abordagem entre temas de convívio social, avanços terapêuticos e estratégias para uma vida mais autônoma, mostrando uma preocupação clara com aspectos educacionais e médicos fundamentais. A presença da editoria moda inclusiva, embora com menor número de matérias, reforça a importância de elementos simbólicos, como a moda, na construção de identidades e promoção da autoestima. Essa diversidade de abordagens evidencia o papel fundamental do jornalismo digital independente na amplificação de vozes e narrativas sobre inclusão, contribuindo para uma sociedade mais justa e consciente em relação à pessoa com deficiência.

Por meio da análise das editorias, observa-se que o site *Jornalista Inclusivo* promove três ações: a luta por reconhecimento, a participação social e a prática do jornalismo humanitário. Essas ações serão detalhadas a seguir, para evidenciar o papel social do jornalismo desempenhado pelo site. Inicialmente é importante destacar que existe um

senso comum de que notícias sobre pessoas com deficiência não atraem o público em geral. No entanto, estudos sobre jornalismo humanitário, liderados pelo jornalista e pesquisador Martin Scott, revelam que o interesse por esse tipo de jornalismo é maior do que os profissionais da área supõem. Embora o estudo de Scott se concentre em conflitos e desastres humanitários, conclui-se, ao aplicar essa perspectiva ao tema deste artigo, que pessoas sem deficiência têm interesse em consumir conteúdos sobre PcD.

Ao abordar pautas específicas, o site *Jornalista Inclusivo* também contribui para a desconstrução de estereótipos, alinhando-se aos princípios do jornalismo humanitário, que se preocupam mais com a forma de abordagem do que com o tema em si. A atuação do site contrasta com a cobertura tradicional sobre PcD, que frequentemente apresenta narrativas homogêneas. Conforme destaca Liesen (2020, p. 27), “a falta de diferentes narrativas sobre um mesmo grupo contribui para a cristalização de estereótipos”. Esse posicionamento se alinha à prática do jornalismo humanitário, que é definido como “notícias que se conformam a uma compreensão mais ampla de humanitarismo: como uma ética de bondade, benevolência e simpatia estendida universal e imparcialmente a todos os seres humanos”¹² (Scott, 2017, tradução nossa). Ao explorar o conceito de notícias humanitárias, o grupo de estudo de Scott parte do pressuposto de que

Uma maneira final de definir notícias humanitárias é como uma forma de jornalismo que busca colocar em prática os princípios do humanitarismo. Nessa definição, o foco humanitário se refere não ao conteúdo das notícias, mas às percepções dos jornalistas sobre o propósito de seu trabalho, ou suas percepções de papel (Scott, 2017, tradução nossa)¹³.

Dessa forma, os conteúdos produzidos por Rafael Ferraz e sua equipe possibilitam que o jornalismo cumpra seu papel social ao abordar temas relacionados às pessoas com deficiência e que impactam toda uma sociedade, o que, segundo Liesen (2020, p. 161), significa dizer que “o jornalismo, como formador daquilo que é público, faz com que um problema surja à vista de todos”. Para Victor (2021), tão mais importante do que a pauta que será coberta é o “como” ela será coberta, neste caso, amparada no humanitarismo. Nesse contexto, observa-se que essas produções amplificam a luta por reconhecimento das PcD, uma vez que, por meio de pautas específicas, é possível analisar como esses grupos sociais e indivíduos estão inseridos na sociedade atual e como ocorrem suas lutas sociais. Essa cobertura jornalística fortalece a identidade da pessoa com deficiência e contribui para que a PcD se sinta pertencente à sociedade, além de influenciar na criação de leis em meio a conflitos sociais (Honneth, 2003).

Em relação à editoria paradesporto, por exemplo, observa-se que ela funciona como qualquer outra editoria de esportes, mas sem enfatizar a ideia de superação dos esportistas com deficiência, como comumente fazem os veículos de comunicação tradicionais. Ressalta-se que esse tipo de adjetivação direcionada às pessoas com deficiência que praticam esportes caracteriza-se como capacitismo, pois, segundo Saga e Ignarra (2023), reforça o heroísmo construído em torno das PcD.

Com o passar dos anos, a palavra “superação” foi sendo estressada a tal ponto, pelo capacitismo, que perdeu o sentido para muitas pessoas com deficiência no lado oposto que toda opressão nos coloca, nos tirando de um lugar de coitados e doentes para nos colocar como super-heróis. Essa dicotomia não é saudável para o processo de inclusão, pois ignora a equidade (Saga; Ignarra, 2023, p. 44).

CONCLUSÕES

Vale ressaltar que essa adjetivação capacitista, aliada a estereótipos, contribui para um jornalismo desumanizador que, na perspectiva de Liesen (2020, p. 27), é instrumento “de desumanização e despersonalização de pessoas para as quais não se quer conceder reconhecimento e direitos”. Essa invisibilização e o capacitismo contribuíram, por décadas, para que pautas sobre PcD disputassem espaço com inúmeras outras, resultando, na maioria das vezes, em exclusão.

No entanto, as editorias do site *Jornalista Inclusivo* oferecem uma estrutura que possibilita às pessoas com deficiência atuarem como protagonistas de suas próprias histórias, posicionando suas pautas em meio à vasta gama de temas presentes na mídia. Essa abordagem promove a participação social das PcD de forma mais fluida e em parceria com as redes sociais digitais, uma vez que, à medida que o site *Jornalista Inclusivo* publica matérias, elas são compartilhadas nas redes sociais, ampliando a visibilidade das pautas sobre deficiência e gerando reconhecimento e autonomia entre as PcD.

Assim, os portais de notícias, junto às redes sociais digitais, abriram espaço para o jornalismo independente, e, em contrapartida, o jornalismo independente potencializou a visibilidade dessas pautas. Juntos, eles contribuem para que o tema da pessoa com deficiência e o papel social do jornalismo sejam mais amplamente reconhecidos e seguidos.

Dessa forma, após a análise do site *Jornalista Inclusivo*, especificamente sobre suas editorias, compreende-se que o papel social do jornalismo é cumprido, uma vez que o portal enfatiza ações alinhadas ao Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Entre

elas, destacam-se: a defesa dos princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos; a divulgação de fatos e informações de interesse público; e a defesa dos direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, especialmente as relacionadas a crianças, adolescentes, mulheres, idosos, negros e minorias (Fenaj, 2007). Todos esses aspectos mencionados refletem um discurso anticapacitista e de respeito ao abordar as pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS

- BELLO, Luiz. Censo 2022: Brasil tem 14,4 milhões de pessoas com deficiência. **Agência de Notícias IBGE**, Rio de Janeiro, 23 maio 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43463-censo-2022-brasil-tem-14-4-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia>. Acesso em: 24 jul. 2025.
- CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. Cartão europeu de deficiência. **Conselho da União Europeia**, s.d. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/european-disability-card/>. Acesso em: 3 set. 2024.
- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Novo Viver Sem Limite - Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. [202-]. Disponível em: <https://novoviversem limite.mdh.gov.br/>. Acesso em: 1 fev. 2025.
- DEFICIÊNCIA. **Organização Pan-Americana da Saúde**, [s. l.], [202-]. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/deficiencia>. Acesso em: 20 fev. 2025.
- FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Vitória: Fenaj, 2007. Disponível em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf. Acesso em: 13 fev. 2025.
- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. **Unicef**, [s. l.], 2006. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia>. Acesso em: 5 fev. 2025.
- GANZAROLLI, Amanda; VICTOR, Cilene. *O jornalismo humanitário inclusivo como alternativa à abordagem capacitista do autismo*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 45., 2022, João Pessoa. *Anais [...]* São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2022. p. 195-269. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2022/resumo/0711202210021162cc1f53a4907.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2025.
- GOMES, Igor Lima Da Cruz (org.). *Deficiência e os desafios para uma sociedade inclusiva*. Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2022.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Rio de Janeiro: Editora 34, 2003.

HQ DANIEL DIAS retrata o maior medalhista paralímpico do Brasil. **Jornalista Inclusivo**, [s. l.], 12 abr. 2024. Disponível em: <https://jornalistainclusivo.com/hq-daniel-dias-retrata-o-maior-medalhista-paralimpico-do-brasil/>. Acesso em: 12 fev. 2025.

JORNALISTA INCLUSIVO. **Dados da Deficiência no Brasil - Dataverso PcD**, 2025. Disponível em: <https://pcd.dataverso.org/>. Acesso em: 31 out. 2025.

LIESEN, Maurício. **Comunicação e direitos humanos**: elementos para um jornalismo responsável. Curitiba: Intersaberes, 2020.

MOZILLA. ARIA: Accessible Rich Internet Applications. **MDN Web Docs**, [s. l.], [20--]. Disponível em: <https://developer.mozilla.org/pt-BR/docs/Web/Accessibility/ARIA>. Acesso em: 13 fev. 2025.

SAGA, Billy; IGNARRA, Carolina. **Manual anticapacitista**: tudo o que você precisa saber para se tornar uma pessoa aliada contra o capacitismo. São Paulo: Jandaíra, 2023.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial**: manual de aplicação. Brasília, DF: Enap, 2021.

SCOTT, Martin. What makes news humanitarian? **Public Media Alliance**, [s. l.], 11 maio 2017. Disponível em: <https://www.publicmediaalliance.org/what-makes-news-humanitarian/>. Acesso em: 12 fev. 2025.

SCOTT, Martin; WRIGHT, Kate; BUNCE, Mel. **The State of Humanitarian Journalism**. Public Media Alliance, 2018. Disponível em: <https://www.publicmediaalliance.org/the-state-of-humanitarian-journalism-report/>. Acesso em: 25 jan. 2025.

THE WORLDRIKEREPORT. **Bündnis Entwicklung Hilft**, Berlin, [2024?]. Disponível em: <https://weltrisikobericht.de/worldriskreport/#downloads>. Acesso em: 26 dez. 2024.

TUDO SOBRE PCD (Pessoas com deficiência). **CNN Brasil**, [s. l.], [2024?]. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/tudo-sobre/pessoas-com-deficiencia-pcd/>. Acesso em: 5 fev. 2025.

VENTURA, Luiz Alexandre Souza. Vencer Limites completa 12 anos. **O Estado de S. Paulo**, 11 set. 2024. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/brasil/vencer-limites/vencer-limites-completa-12-anos/?rsId=AfmBOorcV4LDG4DFikMXDc3QotQYXO3hZaeS6S5egUlol9BxFZqhYt9t>. Acesso em: 5 fev. 2025.

VICTOR, Cilene. Jornalistas e a lesão moral na pandemia - comunicação de riscos antes do jornalismo humanitário e de paz. In: VICTOR, Cilene; SOUSA, Cidoval Moraes (org.). **A pandemia na sociedade de risco**: perspectivas da comunicação. Campina Grande: EDUEPB, 2021. p. 293-331.

NOTAS FINAIS

1. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/tudo-sobre/cnn-plural/>. Acesso em: 1º fev. 2025.
2. O levantamento inclui 827 matérias, que consideram o período de 1994 a 2022. Das 827 matérias, 294 (44,48%) fizeram uso de abordagem capacitistas, e destas 222 (75,51%) foram de autoria dos profissionais do próprio veículo. Este estudo foi apresentado no Intercom Nacional em 2022.
3. Fala da Prof.^a Dra. Cilene Victor na disciplina Culturas, Organizações e Transformações Sociais, Universidade Metodista de São Paulo, em 27 de novembro de 2023.
4. Link para o site do Jornalista Inclusivo: <https://jornalistainclusivo.com/>
5. No original: The country with the highest vulnerability is the Central African Republic, replacing Somalia. This year, Afghanistan has rejoined the group of the ten most vulnerable countries, which means that this group is no longer composed exclusively of African nations.
6. Este artigo utiliza da abreviação PcD para designar pessoas com deficiência desde que seu uso se enquadre com o pronome que o antecede. Não são usadas neste trabalho expressões como pessoas PcD, seres humanos PcDs, pessoas especiais ou deficientes.
7. Disponível em: <http://www.cnpq.br/>. Acesso em: 5 fev. 2025.
8. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/>. Acesso em: 5 fev. 2025.
9. Accessible Rich Internet Applications (ARIA) definem as formas de tornar o conteúdo e as aplicações da Rede Mundial - web - (especialmente aqueles desenvolvidos com Ajax e JavaScript) mais acessíveis às pessoas com deficiência.
10. A Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991, estabelece em seu art. 93 que empresas com 100 ou mais funcionários devem destinar um percentual de suas vagas para a contratação de pessoas com deficiência.
11. Disponível em: <https://pcd.dataverso.org/>. Acesso em: 6 fev. 2025.
12. No original: news which conforms to a broader understanding of humanitarianism: as an ethic of kindness, benevolence and sympathy extended universally and impartially to all human beings.
13. No original: A final way of defining humanitarian news is as a form of journalism which seeks to put into practice the principles of humanitarianism. In this definition, the humanitarian focus refers, not to the content of news, but to journalists' perceptions of the purpose of their work, or their role perceptions.

SOBRE OS AUTORES

AMANDA GANZAROLLI Doutoranda (2023-2027) e bolsista CAPES no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Mestra em Comunicação Social (CNPq/UMESP), pesquisando pessoas com deficiência em situação de refúgio. Pós-graduada em Intervenção ABA para Autismo e Deficiência Intelectual pelo Instituto CBI of Miami. Bacharel em Jornalismo pela Universidade Nove de Julho e integrante do grupo de pesquisa HumanizaCom. Atua nas áreas de comunicação, assessoria

de imprensa, redes sociais, produção audiovisual e marketing digital.
E-mail: aamandaganzarolli@gmail.com

CILENE VICTOR Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) e docente do FGV Law, nas disciplinas de Comunicação de Riscos e Mudanças Climáticas. Líder do grupo de pesquisa Jornalismo Humanitário e Media Interventions (HumanizaCom) e membro do Conselho Executivo da FOGGS. É cofundadora da Global South Perspectives Network e coordenadora do Curso e Prêmio Ricardo Boechat de Jornalismo Político. Pós-doutora pela UFABC, doutora pela USP e jornalista com ampla experiência em comunicação de riscos, jornalismo humanitário e cobertura internacional. E-mail: cilenevictor@gmail.com

Artigo recebido em: 24 de julho de 2025.

Artigo aceito em: 14 de outubro de 2025.